



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ**

**PLANO DE TRABALHO**

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**AGÊNCIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS DO PIAUÍ**  
**PLANO DE TRABALHO**

**PLANO DE TRABALHO PARA PARCERIA ESTRATÉGICA POR OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO**

Processo SEI nº 00346.000759/2024-67.

**1 IDENTIFICAÇÃO DO NEGÓCIO PARA PARCERIA ESTRATÉGICA – OBJETIVOS**

1.1 Celebração de parcerias estratégicas por oportunidades de negócios em movimentação e armazenagem de graneis líquidos e sólidos relacionados à cadeia de hidrogênio verde e seus derivados.

**OBJETOS ESPECÍFICOS**

1.1.2 Atrair negócio do segmento econômico de armazenagem, transporte e operação na produção de energia renovável, gerando emprego, renda e fomento ao desenvolvimento do território de Planície Litorâneas do Estado do Piauí;

1.1.3 Fortalecimento da posição do Piauí no mercado global de produtos sustentáveis;

1.1.4 A criação de uma infraestrutura estratégica para movimentação de cargas perigosas; e

1.1.5 A atração de investidores comprometidos com inovação e sustentabilidade.

**2 – DESCRIÇÃO DO OBJETO**

2.1 Celebração de parcerias estratégicas por oportunidades de negócios e movimentação e armazenagem de graneis líquidos e sólidos relacionados à cadeia de hidrogênio verde e seus derivados com a Porto Piauí, conforme condições e especificações previstas no presente plano de trabalho e memorial técnico anexo.

2.1.1 A oportunidade de negócio a ser celebrada com a Porto Piauí consistirá no estabelecimento de parceria estratégica para viabilizar o desenvolvimento de um sistema integrado para o transporte e armazenagem de graneis líquidos e sólidos derivados do hidrogênio verde, destinados ao uso como matéria-prima na geração de energia renovável, no estado do Piauí

**3 - CONTEXTO DA OPORTUNIDADE E JUSTIFICATIVA**

A presente demanda está motivada nos autos do Processo em epígrafe, conforme as justificativas e demais documentos que detalham a viabilidade do objeto, o qual está vinculado ao presente plano de trabalho.

O objeto está definido como uma oportunidade de negócio, associada às características particulares do negócio e no âmbito das atividades societárias da Porto Piauí.

**3.1 DA FUNDAMENTAÇÃO**

3.1.1 Parceria estratégica contratual por oportunidade de negócios, com base no Art. 28, §3º, inciso II, §4º da Lei nº 13.303/2016, e Art. 145, II, §1º, §2º do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Investe Piauí – RLCC.

3.1.2 O futuro negócio será formalizados com base na legislação acima indicada, como suporte, no que couber, a Lei nº 14.301/22, que Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar), Lei nº 12.815/2013, ao Decreto Federal nº 12.078/2024 e, pelo direito privado, em especial, as disposições relativas às regras gerais dos contratos.

3.1.3 Aplicam-se ao futuro negócio a serem firmados, ainda, as disposições legais e regulamentares incidentes sobre as obras e serviços de engenharia, quanto às obrigações de cunho trabalhista, previdenciário, de responsabilidade técnica, civil e criminal, de medicina e segurança do trabalho, meio

ambiente, sem prejuízo de outras pertinentes.

#### 4 – SOLUÇÃO PROPOSTA - ESTRATÉGIA COMERCIAL

A Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí - Investe Piauí, criada pela Lei nº 7.495, de 05 de abril de 2021, com natureza jurídica de empresa pública e constituída como sociedade de economia mista, tem como uma de suas finalidades precípuas fomentar e fortalecer a economia do Estado do Piauí. A empresa pública está voltada para gerar oportunidades de negócio, trabalho, emprego e renda nas mais diversas áreas, com um plano de ação estratégico e plano de negócios focado em várias frentes, sendo uma delas infraestrutura e empreendimentos portuários, por meio de sua subsidiária, a Companhia de Terminais Alfandegados do Piauí - Porto Piauí.

A Porto Piauí detém a gestão administrativa do Terminal Pesqueiro de Luís Correia e, recentemente, por meio do Contrato de Adesão nº 4/2024 com a União, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), obteve a condição de autorizatária de instalação portuária denominada Porto de Luís Correia, na modalidade de Terminal de Uso Privado (TUP), para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido, granel líquido e gasoso, carga geral e carga containerizada, destinadas a/ou provenientes do transporte aquaviário.

Os empreendimentos da Porto Piauí, estão no Complexo Portuário Porto Piauí, estão localizados na Av. Teresina, s/n, margem direita da foz do Rio Igarçu, Atalaia, CEP 64220-000, Luís Correia/PI.

A Porto Piauí desenvolveu seu plano estratégico e plano de negócios, apontando como uma das estratégias a diversificação de receitas, dentro dos limites a que estão instituídos. Um dos mecanismos apontados é a celebração de parcerias estratégicas com o setor privado, invocando a previsão legal e o instituto da parceria estratégica por oportunidade de negócios, no âmbito da Lei nº 13.303/2016, e utilizando ainda a legislação correlata que absorve a lógica da eficiência das operações portuárias, como, por exemplo, o Decreto Federal nº 12.078/2024, como meios de adotar modelos jurídicos mais eficientes. Considerando as especificidades de cada negócio, está atrelada a isso a própria condição histórica do Piauí, por ser o único estado que não possui empreendimentos portuários, o que impõe maiores desafios e estratégias administrativas, jurídicas e processuais para se posicionar no mercado como alternativa portuária, competindo com os mercados consolidados dos estados vizinhos.

Areladas às atividades a serem desenvolvidas no complexo portuário, com o parque de tancagem e duto para transporte de amônia, a Porto Piauí definiu como estratégia ampliar esse negócio com outra possível unidade em área estratégica próxima à ZPE de Parnaíba e ao Complexo Portuário, interligando o sistema de dutos e ampliando a capacidade de produção e armazenagem de amônia líquida e outros derivados do hidrogênio verde no estado do Piauí.

Desse modo, a solução empresarial apontada pela Porto Piauí é a celebração de parceria estratégica por oportunidades de negócio para a implantação de um sistema integrado de transporte e armazenagem de amônia líquida e outros derivados do hidrogênio verde, em outros termos, movimentação e armazenagem de graneis líquidos e sólidos relacionados à cadeia de hidrogênio verde e seus derivados, estando por seu turno, situado fora da poligonal do TUP de Luís Correia, sendo permitido ao interessado que se habilitar, proceder com os estudos para estabelecimento em outras áreas possíveis de instalação de um TUP, preferencialmente de propriedade do Estado ou da União.

Cumprе mencionar que o objeto indicado no presente plano foi denominado de lote 04. Este lote combina flexibilidade e inovação, permitindo a adaptação da infraestrutura às demandas do mercado e o fortalecimento do Porto Piauí como um polo logístico de referência para produtos de alta especificidade técnica e sustentável. O compromisso com a sustentabilidade e a inovação tecnológica é central neste projeto, alinhando-se às diretrizes globais de transição energética e à busca por soluções logísticas avançadas. Os principais benefícios deste lote incluem:

- Expansão da capacidade operacional, atendendo a novos mercados e produtos estratégicos, como derivados do hidrogênio verde.
- Fortalecimento da infraestrutura logística: oferecendo soluções integradas para cargas de alta complexidade e relevância tecnológica.
- Criação de um legado econômico e estrutural: Impulsionando o desenvolvimento regional e consolidando o Porto Piauí como um dos principais hubs de movimentação de cargas sustentáveis.

Sendo assim, a iniciativa do Porto Piauí reflete o compromisso do estado do Piauí com a sustentabilidade e a inovação, consolidando sua posição como um hub logístico de referência em tecnologias de energia renovável.

4.1. Escopo de Modelo de Negócio Lote 04 - Parcerias estratégicas por oportunidade de negócio em movimentação e armazenagem de graneis líquidos e sólidos relacionados à cadeia de hidrogênio verde e seus derivados com a Porto Piauí. A empresa interessada deverá apresentar proposta com modelo de negócio, seguindo o escopo e as condições mínimas previstas no presente plano de trabalho e no memorial técnico lote 04 da Porto Piauí - Operação de Infraestrutura de Movimentação e Armazenagem de Graneis Derivados de Hidrogênio Verde utilizados como matéria-prima e/ou fonte de energia, que passa a vincular o presente plano como se nele estivesse transcrito, e as demais que seguem abaixo:

#### 4.3 4.1. Escopo de Modelo de Negócio - condições gerais.

Na proposta do plano de negócio, deve-se apontar um modelo operacional com base em princípios de eficiência logística, compartilhamento de riscos e incentivos à maximização da capacidade de movimentação do terminal. A seguir, são detalhados os elementos principais que orientarão as operações:

O Parceiro Privado será integralmente responsável pela operação, manutenção e gestão do negócio, incluindo a infraestrutura de armazenagem, movimentação de cargas e transporte, conforme o lote lote a ser concorrido.

##### I - Princípios de Sustentabilidade

No plano de negócio, deverá indicar práticas sustentáveis, como gestão de resíduos, redução de emissões e monitoramento ambiental. O Parceiro deverá propor a implementação de tecnologias que garantam eficiência energética e minimizem impactos ao meio ambiente. A operação deverá priorizar a contratação de mão de obra local e promover ações de desenvolvimento comunitário.

##### II - Relacionamento com Usuários

O parceiro privado terá autonomia para negociar tarifas e serviços com os agentes marítimos, conforme o caso, e proprietários de cargas, respeitando as diretrizes contratuais e regulatórias. Todos os serviços devem ser prestados com padrões de qualidade e eficiência. Haverá publicidade das tarifas/taxas de serviços praticadas em website, sendo também necessário abrir um canal de comunicação e denúncia para os usuários, cujo acesso será franqueado à PORTO-PI. O Parceiro Privado deverá estabelecer procedimentos internos para a resolução de conflitos com usuários e terceiros, garantindo agilidade e transparência.

##### III - Obrigações e Responsabilidades

Obrigações do Parceiro Privado: Será o atendimento a todas as condições acima indicadas, a manutenção das suas condições de habilitação, caso venha a ser selecionado, e ainda todas as obrigações a serem dispostas na formação da futura parceria. O Parceiro Privado deverá manter a conformidade com todas as legislações aplicáveis, incluindo trabalhista, tributária, fiscal, ambiental e de segurança.

##### IV - Licenciamento e Regularização

O Parceiro Privado será responsável por obter e manter todas as licenças e autorizações necessárias ao funcionamento do terminal, incluindo licenças ambientais, de operação, tributárias e sanitárias. Além disso, será de sua responsabilidade a regularização junto à ANTAQ, Receita Federal e demais órgãos competentes. Essas obrigações deverão ser cumpridas de forma integral, pelo Parceiro Privado.

##### V - Garantias e Responsabilidades Patrimoniais

O Parceiro Privado será responsável por apresentar garantias financeiras e patrimoniais para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais. Além disso, deverá zelar pela manutenção e reposição dos ativos vinculados ao contrato, garantindo sua integridade e plena funcionalidade durante todo o prazo de vigência, bem como sua entrega para a reversão de forma funcional.

##### VI - Relatórios e Transparência

No modelo também deverá ser previsto como obrigação do Parceiro Privado a apresentação de relatórios trimestrais e anuais à Porto Piauí contendo informações detalhadas sobre a movimentação e estocagem de cargas, receitas, despesas, cumprimento de metas operacionais e eventuais ajustes realizados, conforme o caso e modelo de parceria a ser firmado. Esses relatórios deverão ser auditados por auditoria independente e apresentados em formatos previamente definidos pela Concedente.

A Parceira Privada deverá colaborar de forma transparente e eficiente com a Porto Piauí e os órgãos reguladores, fornecendo as informações e os suportes necessários para a fiscalização e operação do terminal. A relação com terceiros, incluindo subcontratados, também deverá atender aos padrões contratuais e legais estabelecidos.

##### VII - Proteção de Informações e Confidencialidade

A Parceira Privada deverá assegurar o tratamento confidencial das informações sensíveis fornecidas pelo

Porto Piauí, observando as cláusulas de sigilo previstas no contrato. Informações de caráter público ou necessárias à transparência administrativa serão divulgadas de forma clara e objetiva.

#### 5.0 Da proposta/Plano de Negócio

5.1 A proposta com o plano de negócio deverá ser apresentada considerando as condições e critérios mínimos indicados no item 4 e 5 do plano de trabalho. Na ausência de qualquer um dos itens, a interessada será desclassificada.

5.2 Além dos requisitos do item 4, a proposta com o plano de negócios deve ser objetiva, clara e fundamentada, atendendo a todos os critérios exigidos para a seleção de interessados na parceria estratégica, demonstrando a viabilidade do projeto e a sustentabilidade:

##### a) Descrição do Modelo de Negócio:

A proposta deve conter uma descrição detalhada do modelo de negócio, incluindo a definição do tipo de negócio e a explicação de como ele será operacionalizado, com base em fundamentos legais aplicáveis. A descrição deve evidenciar a viabilidade do modelo e como ele se encaixa no contexto legal, regulatório e de mercado da Porto Piauí.

##### b) Estrutura Jurídica Proposta:

O interessado deverá apresentar a estrutura jurídica que será utilizada para formalizar a parceria, incluindo os fundamentos legais, as normas aplicáveis e a modalidade de contratação proposta, assegurando uma compreensão clara da estrutura de governança.

##### c) Matriz de Riscos:

A proposta deve incluir uma alocação preliminar de riscos entre as partes envolvidas, com análises sobre probabilidades e possíveis medidas mitigadoras. Deve detalhar também os direitos, obrigações e responsabilidades de cada parte, assegurando clareza nas relações contratuais.

##### d) Estimativa de Resultados Quantitativos:

A proposta deve apresentar uma estimativa de resultados financeiros para curto e médio prazo, considerando dois cenários: conservador e otimista. Os dados e relatórios de mercado utilizados para fundamentar essas estimativas devem ser indicados.

##### e) Previsão de Investimentos e Prazos:

A proposta deverá incluir uma previsão detalhada de investimentos necessários para atender a todo o modelo proposto, os prazos para implementação e as vantagens econômicas esperadas para a Investe Piauí e para o Estado do Piauí. A viabilidade econômico-financeira deve ser demonstrada com base em dados robustos e previsões realistas.

##### f) Mecanismos de Geração de Liquidez:

A proposta deve demonstrar como os mecanismos de mercado e as ferramentas financeiras serão utilizados para garantir a viabilidade do negócio.

g) Exequibilidade Financeira da Proposta: O proponente deverá demonstrar de forma inequívoca a capacidade financeira para executar o projeto. g.1) A Comissão poderá diligenciar junto à proponente, de modo certificar a exequibilidade da proposta e sua capacidade econômica e financeira, solicitando, como por exemplo: comprovação de fundos disponíveis; declaração de capacidade econômico-financeira emitida por instituição financeira, e ou equivalente; planilhas orçamentárias entre outros documentos que entender necessário a esta finalidade.

g.2 A parceira privada deverá ainda apresentar, junto com o balanço patrimonial, os índices de liquidez e solvência desse extrato, indicando boa situação financeira do interessado por meio dos seguintes índices: Liquidez Geral (LG), maior ou igual a 1 (um), Liquidez Corrente (LC), maior ou igual a 1 (um), e Solvência Geral (SG), menor ou igual a 1 (um), mediante aplicação das fórmulas abaixo:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

$SG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$

g.3) Indicar o valor do investimento exigido na proposta. Caso, no decorrer do negócio, após a formalização da parceria, haja aumento do valor, ficará a responsabilidade única e exclusiva do parceiro em suportar qualquer alteração e acréscimo.

##### h) Movimentação média mensal de carga.

##### i) Comprovação de Capacidade Técnica:

i.1) A Parceira Privada deverá apresentar documento que comprove que a proponente está instalada ou em processo de instalação na Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba-PI – ZPE, sendo comprovado por documento emitido pela ZPE Parnaíba e/ou pelo Conselho

Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE em nome da proponente, para projeto(s) compatível(is) com o objeto.

i.2) Os requisitos de qualificação técnica, poderão também serem avaliados na fase de habilitação e classificação da proposta/plano de trabalho, com a análise de documentos que demonstrem a capacidade da parceira em implantar a infraestrutura necessária para operação da solução estratégica.

j) Quantidade de empregos gerará direta e indiretamente em um prazo de até dois anos a contar da fase de operação.

k) Principais mercados-alvo para os produtos.

l) Metodologia para garantir a qualidade e segurança nas operações/serviços/produtos.

m) Iniciativas de sustentabilidade do negócio e Indicadores de desempenho sustentável o parceiro pretende monitorar.

n) Contribuição almejada para o desenvolvimento local.

o) Requisitos legais e regulatórios que a Parceira irá cumprir.

a) Certificações e padrões que o parceiro buscará obter.

5.4 Os requisitos previstos para a proposta e plano de negócio previstos no item 4 e 5 se justificam e fazem necessário como condição para seleção do melhor parceiro na busca na formação do melhor negócio é mais vantajoso para a Porto Piauí. Sendo que na ausência ou não sendo atendido as condições a empresa será desclassificada.

## 6.0 METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E DO PLANO BÁSICO DE IMPLANTAÇÃO - PBI

6.1 O Grupo Investe Piauí, por meio de sua subsidiária Porto Piauí, adotou como metodologia para a solução proposta o rito do processo administrativo de inaplicabilidade de licitação para a formação de uma parceria estratégica por oportunidade de negócios, com chamamento público para a seleção dos potenciais parceiros, conforme as condições expostas no presente plano de trabalho e edital.

6.2 Após a seleção e antes da formação da sociedade, o parceiro selecionado deverá encaminhar o Plano Básico de Implantação (PBI) para análise pela Porto Piauí.

6.3 A Parceira selecionada terá um prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da homologação do processo de seleção, para apresentar seu plano básico de implantação, acompanhado dos estudos e projetos básicos e executivos, que serão analisados pela Porto Piauí.

6.4 A Porto Piauí emitirá manifestação por meio de Termo de Aceitação expressa de sua não objeção, em caso de aprovação, ou solicitará os esclarecimentos ou modificações mencionadas na Subcláusula 6.1 em relação ao PBI.

6.5 A Porto Piauí poderá solicitar à proponente selecionada esclarecimentos, modificações no PBI e ainda demais documentos complementares que entender necessário para a decisão e formação do negócio.

6.6 A análise de não objeção se dará em relação aos itens editalícios, e ao desatendimento dos parâmetros mínimos estipulados pela Porto Piauí, bem como das regulamentações e legislações aplicáveis. A Porto Piauí poderá ainda rejeitar o PBI caso, após a solicitação de ajustes que não forem atendidos, e/ou que não seja comprovada sua adequação aos requisitos prévios do plano de trabalho, edital, plano de negócio proposto e demais documentos apresentados pela selecionada.

6.7 A Porto Piauí comunicará à Parceira Privada a necessidade de complementação ou modificação do PBI e estabelecerá prazo para apresentação do novo PBI.

6.8 Se, após a reapresentação, nos termos da Subcláusula 6.7, o PBI for considerado inapto para viabilizar o atendimento aos requisitos do Contrato, será revogado o ato de homologação, e a empresa remanescente na ordem de classificação será convocada.

6.9 O PBI poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante solicitação da Porto Piauí, para melhor adequação técnica necessária, observadas as regras do Contrato, Anexos, e a legislação e regulamentação pertinentes.

6.10 Para a realização das obras de infraestrutura e superestrutura, a proponente selecionada e a parceria privada deverão elaborar os projetos básico e executivo de engenharia, bem como os estudos correlatos que o negócio demandar, com as aprovações necessárias junto aos órgãos competentes, conforme o caso. Estes deverão ser apresentados pela parceira selecionada, por sua conta e risco, acompanhados de justificativa sobre sua compatibilidade com o PBI a que se referem.

6.11.1 Os projetos deverão seguir os padrões produzidos pela ABNT, ou quando estes não estiverem disponíveis, padrões apropriados e internacionalmente reconhecidos ISO, IMO, MARPRO, seguindo ainda os códigos oficiais nacionais, estaduais e municipais de edificação e construção.

6.11 Considerando a especificidade e a natureza do negócio, conforme o plano de negócios proposto, os

projetos e estudos poderão passar a ser exigidos durante a vigência do contrato firmado, com cronograma previamente estabelecido na fase do PBI.

6.12 A parceria privada será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que sejam necessários para atender aos parâmetros do negócio. Os projetos e obras de infraestrutura devem observar os parâmetros técnicos e o plano básico de implantação.

6.14 A formalização da parceria estratégica de negócios com a parceria selecionada somente será celebrada após a aprovação técnica do PBI pela Porto Piauí, e ainda com a aprovação da Presidência da Porto Piauí e do Conselho de Administração da Investe Piauí.

## 7.0 CRONOGRAMA / METAS / PRAZOS

7.1 A parceira contratada deverá apresentar na proposta/plano de negócios as metas e um cronograma preliminar, sendo que, no PBI, o cronograma e as metas devem conter previsões exequíveis para todas as fases correspondentes ao negócio, como, por exemplo, a entrega de toda a infraestrutura e a instalação dos equipamentos necessários para a operação, entre outras atividades relacionadas ao negócio, de acordo com os parâmetros indicados neste plano e nos relatórios a serem exigidos no contrato. O cronograma apresentado no PBI ficará sujeito a alterações e validação pelo Porto Piauí, como uma das condições para a celebração do negócio com a parceira selecionada.

7.1 As atividades de implantação e operação deverão ser executadas conforme o cronograma de execução a ser apresentado no PBI.

7.2 A vigência do contrato de parceria estratégica poderá ser de até 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da data de assunção, nos termos e condições previstos no Contrato, a ser definido na fase de formação da parceria.

7.2.1 A vigência da parceria estratégica poderá ser ajustada e definida na fase de PBI, considerando a espécie do modelo de negócio a ser formalizado, sendo aplicado os prazos e prorrogações conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Investe Piauí e demais legislação correlata.

## 8.0. FORMATO DE APLICAÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1 Os recursos para os custos e despesas relacionados ao negócio deverão ser suportados pelo parceiro privado.

8.2 O Plano de aplicação será definido após a seleção e na fase de formação da parceria.

## 9.0 – DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DO PARCEIRO - CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA A SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 A escolha do parceiro ocorrerá para aquele que apresentar um modelo de negócio compatível com a finalidade e interesse da Porto Piauí, atendendo aos critérios de elegibilidade e habilitação/proposta-plano de negócio, considerando as condições definidas no presente plano de trabalho, com base na Lei nº 13.303/16 e no RILCC da Investe Piauí.

9.2 São critérios eliminatórios os impedimentos de participar da seleção e contratação com o Grupo Investe Piauí, previstos no Art. 11 do RILCC da Investe Piauí, assim como a ausência de qualquer um dos documentos e comprovações previstas no edital.

9.3 A análise do atendimento das exigências de elegibilidade, pelo critério eliminatório, deverá ser preliminar à análise dos demais documentos de habilitação/proposta-plano de negócio.

9.4 Após a análise da elegibilidade (item 9.3), a comissão encaminhará as propostas elegíveis para a unidade demandante Porto Piauí, para análise e parecer de conformidade técnica.

9.5 Na proposta/plano de negócio, em caso de erros formais, que sejam sanáveis, será dada a oportunidade de diligência à proponente para efetuar as correções necessárias.

9.6 Será eliminada e desclassificada a empresa que deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no presente edital, e será inabilitada/desclassificada a proposta que desatender as condições para a formação da proposta, previstas no item 4 e 5 do presente plano.

9.7 Havendo mais de um participante elegível e habilitado/proposta-plano de negócio apta para cada lote, será classificado, na primeira ordem, como vencedor o que indicar o maior valor de investimento total proposto no plano de negócio. Em caso de empate, o critério desempate e classificação será: a) o maior volume de movimentação média mensal de carga; b) sorteio.

9.8 Havendo dúvidas ou divergências sobre os documentos, a Investe Piauí/Porto Piauí poderá realizar diligência para averiguação ou complementação, não sendo permitido o recebimento de documentos após a data prevista para sua apresentação.

Após o recebimento das propostas e antes da divulgação do resultado, a Investe Piauí poderá promover

as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, solicitar documentação complementar à habilitação e/a instrução do processo.

9.9 Após o encerramento da fase de análise e parecer sobre a seleção, a Investe Piauí, por meio da DCLC, divulgará o resultado com a indicação da parceria selecionada, abrindo o prazo para recurso sobre a decisão.

9.10 Os prazos e condições para o recurso serão indicados no edital, conforme previsto no RILCC da Investe Piauí.

9.11 Ultrapassada a fase recursal, será publicada a homologação do procedimento.

9.12 DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ELEGIBILIDADE E DE HABILITAÇÃO:

9.12.1 Os critérios de elegibilidade e eliminação serão baseados na ocorrência de qualquer um dos impedimentos para participar de licitações e contratos com a Investe Piauí, previstos no art. 11 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Investe Piauí – RILCC, além dos seguintes critérios:

- a) Ser pessoa física;
- b) Ter decisões condenatórias, após sentença transitada em julgado, em ações penais relativas a crimes contra pessoa jurídica, cujo administrador ou sócio seja diretor ou exerça cargo ou função na Investe Piauí;
- c) Ser constituída por sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- d) Ter como administrador um sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) Ser constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- f) Ter como administrador um sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) Ter, em seus quadros de diretoria, pessoa que tenha participado, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- h) Ter em seu quadro societário empregado ou dirigente da Investe Piauí;
- i) Ter qualquer sócio ou administrador com relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente ou empregado da Investe Piauí cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela seleção e contratação de autoridade do ente público a que a Investe Piauí esteja vinculada;
- j) Ter como proprietário, mesmo na condição de sócio, alguém que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Investe Piauí há menos de 6 (seis) meses deste Chamamento Público.

9.12.2 Ainda para o critério de elegibilidade a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Qualificação jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações, deverá ser acompanhada da ata de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada do ato formal de designação de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

I.a) Em qualquer uma das hipóteses descritas nas letras acima, deverá ser apresentado:

- a) Relação nominal atualizada dos dirigentes/sócios da entidade/empresa proponente, com Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), certidões negativas cível e criminal junto aos órgãos competentes, negativa conjunta emitida pelo TCU e negativa de improbidade administrativa emitida pelo CNJ;
- b) Declaração do dirigente da entidade acerca da inexistência de dívida com o Poder Público, bem como de inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito;
- c) Informações sobre se a pessoa ou seus dirigentes se encontram incursos em alguma situação de vedação para contratar com a INVESTE PIAUÍ e/ou Porto Piauí, prevista no seu Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILCC.

II - Demais documentos

- a) Prova de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal e com a Seguridade

Social (CND) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), na forma da lei;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

e) Comprovante de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU), mantido pela Controladoria-Geral da União;

f) Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social já exigível, na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial;

g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal;

h) Declaração de que não adota relação trabalhista caracterizando trabalho forçado ou análogo ao trabalho escravo, conforme disposto nas Leis nº 9.777, de 30 de dezembro de 1998, nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, e Lei Complementar Federal nº 75, de 20 de maio de 1993;

i) Declaração informando a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;

j) Declaração da INTERESSADA informando que não existem em seu quadro de empregados servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;

k) Declaração de que a INTERESSADA não se enquadra em uma das hipóteses dos Art. 13 e 14 do Regulamento de Licitações e Contratos da Investe Piauí – RLCC;

l) Demais declarações mencionadas no item 17.3 do presente Plano de Trabalho;

m) Os critérios de qualificação técnica indicados no item 5, poderá ser analisado previamente na fase de elegibilidade, constatando a ausência, se aplica a eliminação.

9.12.3 - Critério de habilitação e conformidade da proposta/classificatório:

9.12.3.1 Apenas as empresas elegíveis terão suas propostas e os documentos relacionados a elas analisados.

9.12.3.2 Para o critério de habilitação/proposta-plano de trabalho e classificação, os proponentes deverão atender a todos os requisitos previstos e exigidos no item 4 e 5 do presente plano. Na ausência ou desconformidade com qualquer requisito, a empresa será desclassificada.

## 10.0 ESFORÇO DAS PARTES

10.1 Todos os recursos de mão de obra, equipamentos utilizados na metodologia para a execução da solução e demais despesas diretas e indiretas para a execução do objeto ficarão a cargo da parceira privada.

10.2 Todas as entregas descritas na proposta, no plano básico de implantação, nos anexos e no plano de trabalho serão de responsabilidade da parceira privada.

10.3 Caberá à Porto Piauí promover o acesso à área e prestar as informações necessárias, colaborando no escopo de seu gerenciamento, monitoramento e fiscalização.

10.4 Caberá a ambas as partes se responsabilizar pelas suas obrigações e competências, de acordo com suas atuações e atribuições correlatas.

10.5 A Parceria Privada responsabilizar-se-á pelos danos causados diretamente à Porto Piauí, a terceiros e/ou ao meio ambiente, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização no acompanhamento ocasionado no âmbito da operação e no exercício da atividade do negócio.

10.6 Sujeitar-se-á à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Porto Piauí, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações da mesma, visando ao fiel desempenho do serviço.

10.7 Além das obrigações e responsabilidades previstas no termo, serão previstas outras responsabilidades necessárias para alcançar o melhor resultado no termo de formalização da parceria, nos termos da Lei 13.303, do RILCC e da demais legislação aplicável.

## 11. DAS ATRIBUIÇÕES E PRERROGATIVAS DA PORTO PIAUÍ

11.1 A Porto Piauí poderá alterar unilateralmente e modificar as condições de prestação das atividades, para melhor adequá-las às finalidades de interesse público que justificam a finalidade do negócio, respeitados os direitos do Parceiro Privado, nos termos que serão definidos na formalização da parceria.

11.2 Fiscalizar a execução do objeto da presente parceria prestado pela PARCEIRA PRIVADA, comunicando



eventuais falhas ou deficiências apresentadas na execução do objeto;

11.3 Efetuar as cobranças das taxas/tarifas e valores, conforme o caso e o modelo de negócio;

11.4 Comunicar qualquer alteração nos procedimentos previamente estabelecidos;

11.5 Rejeitar o objeto que não atenda aos requisitos descritos no plano básico em questão;

11.6 Indicar, formalmente, o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual;

11.7 Notificar, por escrito, à PARCEIRA PRIVADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do Contrato, tais como eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção;

11.8 Exigir da PARCEIRA PRIVADA, a qualquer tempo, documentos que comprovem o correto e tempestivo desembolso de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, securitários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

11.9 Acompanhar a execução do objeto para o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

11.10 Facilitar todas as condições necessárias e suficientes ao desempenho das atividades executadas pela PARCEIRA CONTRATADA;

11.11 Aplicar as sanções à Parceira Contratada em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantindo o contraditório e ampla defesa antes de sua aplicação definitiva, conforme previstas no RILC e na Lei nº 13.303/2016, que deverão estar expressas no termo de contrato;

11.12 Preservar a vigência e a conformidade do Contrato de Adesão celebrado com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), antes e durante a formação do negócio.

#### 11.13 DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Porto Piauí atuará como parceira contratante, com as prerrogativas de fiscalizar, supervisionar e acompanhar a execução do negócio, sem prejuízo da fiscalização a ser exercida por demais autoridades aduaneiras, fluviais/marítimas, sanitárias, ambientais e de saúde, no âmbito de suas respectivas atribuições. A Porto Piauí terá, no exercício de suas atribuições, livre acesso aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros pertinentes ao negócio, assim como à infraestrutura.

A fiscalização procederá ao seu acompanhamento da execução de cada negócio/parceria, o qual determinará o que for necessário para o saneamento de falhas ou defeitos, conforme disposição legal. Outrossim, nas falhas ou impedimentos, ficará a cargo da verificação do(a) servidor(a) de fiscalização.

11.14 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem ou limitam a responsabilidade única, integral e exclusiva da Parceira Privada, no que concerne ao objeto da respectiva parceria implantação e desenvolvimento do negócio e operação, às implicações próximas e remotas perante a CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará em corresponsabilidade da Porto PIAUÍ, INVESTE PIAUÍ ou de seus pressupostos, devendo ainda, a CONTRATADA sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Porto Piauí, INVESTE PIAUÍ dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

11.15 As regras de fiscalização será aplicada conforme negócio a ser formalizado, não cabendo em caso de formação societária.

#### 12. OBRIGAÇÕES E PASSIVOS AMBIENTAIS

12.1 Caberá à Parceria Privada providenciar a recuperação, remediação e gerenciamento dos passivos ambientais relacionados, caso necessário, de forma a manter a regularidade ambiental.

12.2 Entendem-se como passivos ambientais conhecidos aqueles indicados:

I - nas licenças ambientais existentes e nos estudos ambientais utilizados no processo de licenciamento ambiental;

II - em relatórios e estudos públicos; e

III - em processos administrativos públicos ou processos judiciais.

#### 12. ALOCAÇÃO DE RISCOS

12.1 Com exceção das hipóteses em que a Investe Piauí/Porto Piauí, no âmbito de sua atuação e competência, der causa devidamente comprovada, a Parceria Privada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados a execução do negócio, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos:

i. Riscos de projeto, engenharia e construção;

ii. Obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas ao negócio; iii Custos excedentes relacionados às atividades objeto do negócio;

iv. Eventuais problemas e dificuldades relacionadas à perda ou prejuízos de negócio, à atividade comercial, como, por exemplo: depreciação de valor, dinâmica de mercado, mudanças no custo de

capital, inclusive as resultantes de variações nas taxas de juros; Atraso no cumprimento dos cronogramas ou de outros prazos estabelecidos entre as partes ao longo da vigência da parceria; Tecnologia empregada nas atividades do negócio; Manifestações sociais e/ou públicas que afetem, de qualquer forma, a execução e prestação das atividades relacionadas à formação da sociedade e do negócio; Paralisação das atividades em razão de greve de seus colaboradores ou de seus subcontratados;

ix. Variação das taxas de câmbio;

x. Alterações na legislação dos impostos sobre a renda;

xi. Caso fortuito e força maior que possam ser cobertos por seguros oferecidos no Brasil, nas condições de mercado, na época da contratação e/ou renovação da apólice de seguros;

xii. Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes da operação do negócio;

xiii. Prejuízos causados a terceiros, pela parceira privada ou seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pelo negócio;

xiv. Vícios dos bens adquiridos pela sociedade após a data da assunção, arrendados ou locados para operações e manutenção do negócio ao longo do prazo de vigência da sociedade;

xv. Não efetivação da demanda projetada por qualquer motivo, inclusive se decorrer da implantação de novas instalações;

xvi. Atraso na obtenção das licenças federais, estaduais e municipais, inclusive licenças relacionadas especificamente com a operação do negócio, quando não houver estipulação de prazo máximo legal ou regulamentar para sua emissão pelas autoridades competentes;

xvii. Decisão judicial ou administrativa que inviabilize o negócio de desempenhar as atividades objeto do contrato, de acordo com as condições nelas estabelecidas, bem como na legislação, nos casos em que a parceira privada, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, houver dado causa ou de alguma forma contribuído para tal decisão;

xviii. Transtornos causados por limitações administrativas, direito de passagem ou servidões suportadas pela parceira privada, sem prejuízo do direito de ser remunerada pela pessoa beneficiada, nos termos da regulamentação;

xix. Valor dos investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes da instituição de limitações administrativas, direito de passagem ou servidões que beneficiem a parceria privada.

c) A Parceria Privada não é responsável pelos seguintes riscos relacionados ao negócio:

i. Caso fortuito ou força maior que não possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência, em condições normais do mercado de seguros.

ii. Decisão judicial ou administrativa que inviabilize o negócio de desempenhar as atividades objeto da sociedade, de acordo com as condições nelas estabelecidas, bem como na legislação, na regulamentação e no regulamento, exceto nos casos em que a parceria privada houver dado causa a tal decisão;

12.2 A Parceira Privada deverá apresentar declaração de:

a) Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos ao participar da seleção;

b) Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

## 13 DA CONFIDENCIALIDADE

13.1 Os parceiros, por si, seus representantes, colaboradores, empregados, prepostos e/ou prestadores de serviços ("Pessoas Autorizadas"), ao firmar a sociedade passam a reconhecer e concordar que, no cumprimento das obrigações estabelecidas no acordo societário, deverão tratar como confidenciais todas as informações às quais tenham acesso em função do mesmo ("Informações Confidenciais"). Sob nenhum pretexto, poderão divulgá-las, revelá-las, reproduzi-las ou utilizá-las para fins diversos dos relacionados ao objeto da parceria, nem dar conhecimento dessas informações a terceiros estranhos a esta contratação, exceto mediante prévia autorização por escrito da Parte que as tenha revelado, ou nos termos autorizados pelo Contrato/Acordo.

## 14. DO DIREITO DE PROPRIEDADE

14.1 Todas as peças, soluções materiais e imateriais produzidas pela contratada, fruto desta parceria, incluindo originais e arquivos em meio digital, independentemente dos meios de informações em que foram produzidos, integrarão permanentemente o acervo da Investe Piauí e da Porto Piauí.

14.2 Sem prejuízo de outras disposições, integram ao patrimônio do Grupo Investe Piauí, por meio da Porto Piauí, toda a infraestrutura e equipamentos construídos e implantados pelo parceiro privado, cuja posse, usufruto, guarda, manutenção e vigilância são de responsabilidade da parceira.

## 15. DAS PENALIDADES

15.1 O não cumprimento das condições previstas no presente plano ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 13.303 e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Investe Piauí, sem prejuízo de outras penalidades previstas nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

15.2 A aplicação das penalidades mencionadas nas subcláusulas anteriores não impede que a Investe Piauí/Porto Piauí declare a extinção do negócio por culpa da parceira privada, observados os procedimentos legais, ou aplique outras sanções previstas, tampouco implica no afastamento das responsabilidades civil ou criminal do Parceiro Privado e/ou de seus administradores, ou na extinção da obrigação de corrigir as falhas ou defeitos verificadas.

## 16. DA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

16.1 Finalizada a fase de seleção e após a aprovação do PBI e projetos, será celebrado o instrumento pertinente para formalização da parceria, que estabelecerá, dentre outros pontos:

- a) As atribuições de risco do negócio para cada parceiro;
- b) Regras de atuação e responsabilidade dos parceiros;
- c) Direitos e obrigações dos parceiros;
- d) Definições de diretrizes para a estratégia de mercado;
- e) Prazo de duração da parceria, seja determinado ou indeterminado;
- f) Poderão ser estabelecidas outras disposições contratuais, observado o escopo mínimo definido no plano de trabalho e demais condições previstas na legislação aplicável.

## 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

a) O presente plano de trabalho, bem como a proposta-plano de trabalho, edital, PBI e demais documentos, farão parte integrante do instrumento adotado para a celebração da parceria estratégica por oportunidade de negócio, independentemente da transcrição.

b) Fica assegurado à Investe Piauí/Porto Piauí o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o procedimento para o contrato de parceria, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, respeitados os direitos das partes envolvidas, em especial o contraditório e a ampla defesa.

c) Caso, após a seleção, e havendo a possibilidade de parceria estratégica societária por oportunidade de negócio, todas as condições, como, participação societária, plano de aplicação de recursos e desembolso relacionadas às obrigações econômicas e financeiras e demais próprias desse negócio, poderão ser ajustadas na fase do PBI, a critério e condições a serem estabelecidas pela Investe Piauí/Porto Piauí, assim, não se aplicando o item 8.1 do presente plano.

d) Na contagem dos prazos estabelecidos neste plano de trabalho, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

e) Os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILCC) da Investe Piauí e pela legislação civil aplicável.

f) As eventuais divergências oriundas ou relacionadas com o futuro contrato, incluindo as questões sobre sua existência, validade ou rescisão, deverão ser dirimidas pelo foro da Comarca da Capital do Estado do Piauí, renunciando as partes expressamente a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Teresina – PI xxx de xxxx de 2025.

Datado e assinada eletronicamente.